

Quando recebermos notificação N. 21/10 92 vamos agir segundo o espírito do acordo

— representante de Boutros Ghali comentando as acções cometidas pela Renamo

O Representante Especial Interino do Secretário-Geral da ONU, Aldo Ajello, afirmou ontem em Maputo ao comentar as violações cometidas pelas forças da Renamo, que "logo que as Nações Unidas recebam um protesto oficial e formal do Governo, acclonar-se-ão mecanismos preconizados no Acordo Geral de Paz para a superação do imbróglio".

Sexta-feira, o alto funcionário da ONU reconheceu durante uma conferência de Imprensa na capital do país que a organização iria pautar a sua conduta pela isenção, equidade e equilíbrio entre as partes, potenciando assim a neutralidade do papel da ONU no controlo e fiscalização, que tecnicamente começou a ser observado a partir do "Dia-E", coincidindo com a incorporação do acordo no quadro jurídico do país e desembarque do primeiro contingente de 21 observadores militares daquela organização internacional e o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Na ocasião, Aldo Ajello referiu que apesar da vastidão territorial de Moçambique (800 mil quilómetros quadrados) e da ainda ausência dos representantes da Renamo no Comité do Cessar-Fogo (CCF) — que deveria ter entrado em funções no "Dia-E" (15 de Outubro de 1992), sob dependência directa da Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) — fórmulas funcionais e operacionais poderiam entretanto ser encontradas mediante aplicação de soluções situacionais e pontuais visando pôr cobro às acusações mútuas de violação da cessação das hostilidades militares entre as forças das duas partes.

Acontece, porém, que protestos verbais não estão cobertos pelo Acordo Geral de Paz e mesmo os escritos carecem ainda de órgãos de depósito

(comissional), onde poderão seguir toda a tramitação até que desaguem numa solução passível de clarificar as pretensas violações cometidas pelas partes.

Segundo fonte contactada pelo "Notícias", enquanto essas comissões não revelarem eficácia e operacionalidade no terreno tornar-se-á difícil apurar as responsabilidades.

O que ocorre é que a Renamo ainda não apontou os seus representantes nas duas comissões e, consequentemente, ainda não se sente legalmente vinculada ao acordo, acrescentou a fonte que declinou identificar-se.

Contudo, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Moçambique, General António Hama Thai, reconhece que a ocupação da cidade costeira de Angoche, na província setentrional de Nampula, "surpreendeu as chefias militares governamentais".

"Ficámos perplexos porque nos últimos dias até temos estado a fornecer-lhes (Renamo) ajuda alimentar", disse. O oficial General do Exército governamental não escondeu à LUSA o seu receio em não poder conter as suas tropas que "certamente não ficarão de mãos cruzadas vendo os seus colegas de armas a serem mortos ou feridos".

Observadores em Maputo pensam que a ocupação militar de Angoche pelo movimento de Afonso Dhlakama pode constituir a "última cartada" da

Renamo na longa guerra que flagela Moçambique há mais de 15 anos, de acordo com a agência portuguesa.

Tudo indica que de parte a parte ainda não há indícios de retracção das respectivas forças para as posições que ocupavam no "Dia-E" e muito menos a reedição do tom reconciliatório que caracterizou os primeiros momentos de emoção derivada da chegada dos observadores militares e do enviado de Boutros Ghali a Moçambique.

Um encontro com o Estado-Maior General para apuramento de acções subsequentes resultantes da ocupação de Maganja de Costa e Lugela nordeste costeiro da Alta Zambézia, e Angoche (sudeste) e Memba (nordeste) de Nampula não permitiu colher dados concretos que nos levassem a inferir sobre o curso dos acontecimentos no teatro das operações.

Entretanto, já se encontram na cidade da Beira os seis observadores militares da ONU que Aldo Ajello prometera enviar ao centro do país para supervisão e controlo do Acordo Geral de Paz e do cessar-fogo no centro do país.

Ontem, os membros da equipa da ONU foram recebidos à porta fechada pelo Governador Francisco Masquil, que se fazia acompanhar pelos comandantes militares provinciais e da Polícia, além de outros responsáveis.

O major norte-americano que chefia o grupo disse ao "Notícias" que o trabalho que vai realizar "é muito pesado, pelo que necessitamos de contactos imediatos com várias partes, quer do Governo, quer da Renamo, para iniciarmos a nossa obra".